

Uma mirada latino-americana desde as margens

A Latin American gaze from the borders

Resenha escrita por José Edmilson de Souza-Lima

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pesquisador do PPGMADE-UFPR,
Curitiba, Paraná, Brasil.
End. Eletrônico: zecaed@hotmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v9n2.2018.29010

RESENHA - BOOK REVIEWS

FLORIANI, Dimas; HEVIA, Antonio Elizalde (Orgs.). América Latina: sociedade e meio ambiente: teorias, retóricas e conflitos em desenvolvimento. Curitiba: Ed. UFPR, 2016. 348p. ISBN: 9788584800278.

Os quadros de referências dos autores do livro aqui resenhado distanciam-se das epistemes logocêntricas, originárias do centro europeu e anglo-estadunidense e, por consequência, aproximam-se das epistemes emergentes, alinhadas ao pensamento complexo, ao debate pós e decolonial, à racionalidade ambiental e às modernidades múltiplas. À luz deste novo quadro de referências, os autores enfrentam a complexidade latino-americana desde as margens do sistema hegemônico de saber e poder. Deste elenco de autores, é possível destacar alguns: Enrique Leff, Dimas Floriani, Arturo Escobar, Eduardo Galeano, Edgardo Lander, Juan Martínez-Alier, Walter Mignolo, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, dentre outros.

O livro é uma coletânea organizada por Dimas Floriani, professor da UFPR, pesquisador do PPGMADE e Antonio E. Hevia, editor da Revista Polis, de textos e está estruturado em três partes. A Parte I, denominada “Conceitos e métodos: história, sociedade e natureza no contexto latino-americano”, apresenta os elementos fundantes do pensamento socioambiental latino-americano.

A Parte II, “Produção discursiva e retóricas em confronto: sustentabilidade para que e para quem?”, enfrenta os conflitos práticos e teóricos em torno da questão da sustentabilidade, dos projetos sociais conduzidos por atores sociais com interesses múltiplos e das formas de disputas de sentidos acerca do desenvolvimento e do ambiente.

A Parte III, “Conflitos em desenvolvimento: estudos socioambientais”, um pouco diferente das partes anteriores, tem uma preocupação mais aplicada. Neste sentido, as pesquisas tornam visíveis as tensões envolvendo o Direito Ambiental, a questão urbana, as políticas públicas e o sistema judiciário face às grandes obras realizadas no Brasil.

O primeiro capítulo, de Enrique Leff, “La constitucion del campo socioambiental en América Latina: teoria política del pensamiento ambiental latino-americano”, traz o argumento de que a constituição do campo socioambiental passa pela necessidade de fundar novas formas de “reapropriação social do ambiente”. Distante das epistemes logocêntricas, que tomam o ambiente como “recurso” ou “depósito de rejeitos”, a reapropriação reclamada por Leff toma o ambiente como base de sustento da vida e este ponto é fundamental para pensar a constituição de um campo socioambiental latino-americano.

O segundo capítulo, de Maria Luisa Eschenhagen, “Conceptos, teorías y paradigmas: caminos para identificar vertientes del pensamiento ambiental”, mapeia discursos, epistemes e concepções diversas acerca do meio ambiente no âmbito da América Latina.

O terceiro capítulo, de Francisco Casiello e Juan Manuel Villaruel, “La concepción social del ambiente en el pensamiento multimodal”, ao apresentar uma concepção social do ambiente, traz uma contribuição cujo acento maior é nas metodologias exigidas à luz dos desafios interdisciplinares em torno das questões socioambientais.

O quarto capítulo, de Geraldo Milioli e Izes Regina de Oliveira, “O desafio conceitual dos ecossistemas à qualidade de vida: um exemplo para a América Latina”, tenta explicar as contradições urbanas à luz da teoria dos ecossistemas. Para tanto, toma a cidade (a referência empírica é Criciúma, cidade situada na parte sul do Estado de Santa Catarina) como um sistema aberto e reclamante de soluções complexas.

O primeiro capítulo, da Parte II, de Dimas Floriani, “As retóricas da sustentabilidade na América Latina: conflitos semânticos e políticos no contexto de ‘modernidades múltiplas’”, apresenta um dos conceitos mais fecundos do livro, o conceito de “modernidades múltiplas” como substituto do conceito hegemônico de “globalização”.

O segundo capítulo, de Julien Vanhulst e Antonio Elizalde Hevia, “Los senderos bifurcados del desarrollo sostenible: un análisis del discurso académico en América Latina”, sistematiza a produção sobre as variadas concepções de desenvolvimento sustentável.

O terceiro capítulo, de Enrique Aliste Almuna e Violeta Rabi Blondel, “Representaciones y representatividad de los discursos del desarrollo: una mirada socioambiental”, faz um levantamento em torno do conceito de desenvolvimento, mas tenta identificar como este conceito se faz presente nas ações e decisões de atores sociais na região de Concepción, região metropolitana do Chile.

O primeiro capítulo da parte III, de Rosirene Martins Lima e Joaquim Shiraishi Neto, “Conflitos socioambientais: o direito ambiental como instrumento de legitimação das ações do poder público. Intervenção no Jardim Icarai, Curitiba, Paraná”, identifica os limites do Direito Ambiental, pois no caso estudado pelos autores, em vez de produzir justiça socioambiental, torna-se instrumento legitimador de uma concepção tecnicista de cidade.

O segundo capítulo, de Janaína Cassol Machado e Simone Barbisan Fortes, “Ambientes (des)humanos – intervenção humano-urbanizadora no meio ambiente e suas retroconsequências: um debate sobre a atuação do judiciário na esfera ambiental”, diante de um cenário urbano marcado por contradições, riscos e patologias, toma o princípio da precaução e da responsabilidade do causador do dano como instrumentos jurídicos para pôr em xeque a atuação do Judiciário.

O terceiro capítulo, de Philip M. Fearnside, “Hidrelétricas na Amazônia brasileira: questões ambientais e sociais”, após analisar os planos de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira, faz um alerta sobre as consequências existentes e as vindouras, todas derivadas destes empreendimentos. Se de um lado os impactos sobre os povos que habitam a região (grupos indígenas, ribeirinhos etc.) são invisibilizados, com vistas a justificar as construções, a pesquisa faz estremecer o mito vigente de que as barragens ajudam na luta contra a mudança climática.

O quarto e último capítulo, de Andrés Yurjevic Marshall, “La formación de recursos humanos para el desarrollo humano sustentable en América Latina: fuentes de inspiración y limitaciones a superar”, ancorado em um diagnóstico sobre os recursos humanos, tem como objetivo central a formação de

profissionais muito mais sensíveis aos problemas e desafios socioambientais enfrentados por grupos locais.

O livro, tal como a América Latina, pode ser tomado como um caldeirão de diversidades, pois cada capítulo, cada autor, imprime seu espírito singular, com vistas a lançar luzes sobre este imenso emaranhado, o continente latino-americano. Neste particular, não faz sentido tentar identificar um nexo central que amarre as partes e os capítulos do livro. Tal procedimento seria um exercício de negação das epistemes vivas e diversas que atravessam o livro como um todo. Parece mais adequado, para não sucumbirmos à tentação simplificadora, identificar os diversos vínculos existentes entre os capítulos, vez que estes vínculos estão associados à necessidade de se contrapor às epistemes logocêntricas, que ancoram o sistema hegemônico de saber e poder.

Um desses vínculos é o conceito de “reapropriação social do ambiente”, presente no texto de Leff. Esta reapropriação não pode ser confundida com lógicas e práticas de conquista, derivadas das epistemes logocêntricas; ao contrário, é um manifesto contra o predomínio de uma racionalidade instrumental sobre outras racionalidades. Este conceito, embora não explicitado, reaparece nos outros capítulos do livro, sobretudo na parte aplicada, a terceira. O estudo de Janaína Cassol Machado e Simone Barbisan Fortes, ao tomar o “princípio da precaução” como possibilidade de ressignificar a atuação do Poder Público, opera, mesmo indiretamente, com a ideia de “reapropriação social do ambiente”. Este estudo torna visível que o Poder Público, diante do conflito socioambiental em pauta, optou pela “remoção” de moradores de baixa renda em uma região de elevada vulnerabilidade.

Na perspectiva analítica dos autores, trata-se de uma escolha que se curva a concepções tecnicistas e simplificadoras da cidade, pois além de ser uma ação topdown deixa de levar em conta os anseios das pessoas removidas. Os técnicos que decidem acerca da remoção tendem a não levar em conta a história de vida dos moradores.

Nesta toada, ocorre não uma “reapropriação social”, mas uma “reapropriação abusiva do ambiente”, pois para o Poder Público, “(...) o problema pode ser colocado de forma resumida como a ausência e a necessidade de moradia” (p.251), nada além disso. Para justificar este instrumento usado, recorre-se à retórica da “criminalização do pobre”.

No estudo de Janaína Cassol Machado e Simone Barbisan Fortes, também é possível identificar vínculos indiretos entre a ideia de “reapropriação social do ambiente” e Poder Público. A diferença é que neste caso o Poder Público projeta-se como defensor dos interesses das elites. No estudo é apresentado um caso concreto no Estado do Mato Grosso do Sul em que foram construídas casas de veraneio às margens do Rio Ivinhema. As referidas margens são áreas de proteção permanente (APP). Após ajuizamento feito pelo Ministério Público, o Tribunal de Justiça negou os pedidos. Neste contexto, a “reapropriação abusiva do ambiente” ocorreu, ao contrário do caso de Curitiba, no sentido de justificar interesses de grupos, antagônicos interesses do meio ambiente e dos grupos locais.

Outro vínculo entre os capítulos do livro é a substituição da concepção de “globalização” – derivada de uma mirada logocêntrica - pela concepção de “modernidades múltiplas”, sugerida por Dimas Floriani. Tal como a “reapropriação social do ambiente”, as “modernidades múltiplas” aparecem em vários capítulos, à medida que concepções hegemônicas e homogeneizadoras da Modernidade são severamente questionadas.

Ao reivindicar seu lugar desde as margens do sistema hegemônico de saber e poder, o livro representa uma quebra epistêmica, pois ao enfrentar a complexidade do tema “América Latina” fecunda os mais variados sistemas produtores de sentidos e práticas sustentáveis de reprodução da vida.